

**Violência intrafamiliar: práticas parentais baseadas na força física e
psicológica para educar crianças e adolescentes**

Nathália Marques Bontempo

Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira

Brasília

Dezembro/2020

Nathália Marques Bontempo

Violência Intrafamiliar: Práticas parentais baseadas na força física e psicológica para educar crianças e adolescentes

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.

Prof.^a Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira (Orientadora)

Prof.^a Dra. Simone Cerqueira da Silva (Parecerista)

Prof.^a Dra. Izane Menezes (Banca examinadora)

Brasília

17 de dezembro de 2020.

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.”

(Jean-Paul Sartre).

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Luciane e Antônio, por terem me dado a vida e serem exemplos de vida, coragem, resiliência e trabalho. Muito obrigada ao meu pai, por não desistir de me tornar “doutora” e ter me ajudado financeiramente durante todo esse período. Muito obrigada à minha mãe pelo suporte que sempre me ofereceu, pelo cuidado e afeto, pelas palavras sábias em momentos de desespero, por sempre me apoiar e acreditar na minha capacidade. O amor, cuidado e os incentivos dos dois ajudaram a constituir o ser humano que sou hoje. Em especial, agradeço à minha irmã, Nayara, pelas correções gramaticais e pelos elogios extremamente motivadores. Sem você, o meu texto não seria o mesmo.

Gostaria de agradecer a todas as minhas amigas que me ouviram, com extrema paciência, falar incessantemente sobre as minhas frustrações acadêmicas e por sempre tentarem me ajudar com sugestões e soluções. Natália e Isabela, vocês foram essenciais no meu amadurecimento diário e na minha coragem para continuar esse estudo. Agradeço também às participantes dessa pesquisa, pela disponibilidade e confiança que depositaram em mim.

Agradeço, em especial, à professora Camila de Aquino Moraes por me despertar sede de conhecimento, por ampliar meus horizontes e me inspirar em diversos aspectos da psicologia familiar, o curso não teria sido o mesmo se eu não tivesse vivido a experiência de ser sua aluna. Eu sou grata, sobretudo, à minha orientadora Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira por me acompanhar durante todo esse processo, por todos os feedbacks valiosos, pelo apoio emocional, pela paciência, e por sempre conseguir me tranquilizar com a sua calma



incomparável em um cenário tão atípico e de tantas limitações. Saibam que vocês são exemplos de profissionais que eu me inspiro diariamente.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu “Tê”, Bruno, por ter feito o possível e o impossível para me apoiar durante minha trajetória acadêmica, me acolhendo com jantares e abraços apertados. Sem você, eu poderia ter desistido inúmeras vezes. Sou extremamente grata por seu amor, respeito, carinho, preocupação, atenção e infinitas outras qualidades que possui.

Resumo

O estudo buscou compreender como as práticas parentais educativas pautadas no uso de violências físicas e psicológicas a crianças e adolescentes são perpetradas ao longo do tempo, investigando como os abusos se manifestam e como as transmissões geracionais motivam e influenciam os comportamentos dos genitores com os filhos. Participaram da pesquisa quatro genitoras. Foi utilizada a pesquisa qualitativa com a aplicação dos seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada, genograma e complemento de frases. Para a análise das informações, utilizou-se o método de análise de conteúdo construtivo-interpretativo. Os resultados indicaram o uso recorrente de violências como recurso educativo-disciplinar, revelando tanto a perpetuação como modificações nas práticas educacionais no decorrer das gerações. Apontaram que as violências envolvem relações dinâmicas e complexas entre pais e filhos, sendo a transmissão geracional um processo não linear e motivado por fatores de manutenção e transformação dos padrões comunicacionais. Considera-se ainda que o estudo é divergente às violências socialmente aceitas e legitimadas, visto que tais práticas educativas vêm se mostrando prejudiciais à família como um todo.

Palavras-chave: violência intrafamiliar, parentalidade, violência contra criança e adolescente, violência e educação

Sumário

Introdução	9
Objetivos	10
Objetivo específico	11
Objetivo geral	11
Revisão da literatura.....	11
Família e suas relações	11
Violência intrafamiliar: um olhar sobre a educação punitiva em relação às crianças e aos adolescentes ao longo do tempo	14
Práticas parentais e seus efeitos	21
Impactos no meio familiar	23
Transmissão geracional e suas implicações nas dinâmicas familiares violentas	25
Método	28
Participantes da pesquisa e local	29
Instrumentos	30
Entrevista semiestruturada.....	30

Genograma	31
Complemento de frases	32
Procedimento para a construção das informações	32
Procedimento para a análise das informações	34
Resultados e discussões	35
Zona de Sentido 1: Falta de controle sobre os comportamentos dos filhos.....	37
Zona de Sentido 2: Ausência paterna e sobrecarga materna	40
Zona de Sentido 3: A inter-relação entre violências e psicológicas	43
Zona de Sentido 4: A transmissão geracional como fator que motiva	46
Considerações finais.....	51
Referências.....	53
Apêndices	65
Apêndice A	65
Apêndice B	66
Apêndice C	68
Apêndice D	70

Introdução

A violência intrafamiliar é uma forma de comunicação entre as pessoas, fazendo existir uma inter-relação que expressa vários formatos de abusos. Esse fenômeno é multidirecional, visto que pode acontecer entre qualquer um dos seus membros: entre pais e filho(a), irmãos, casal etc. Contudo, neste trabalho será levado em consideração o uso da violência física e psicológica com fins educativos e disciplinares perpetrada pelos adultos responsáveis contra crianças e adolescentes do mesmo grupo familiar.

Na perspectiva familiar, o uso da violência revela uma crença nos valores autoritários e na asserção do poder dos pais sobre os filhos, bem como uma legitimação e naturalização dessas práticas em decorrência de uma transmissão geracional baseadas em abusos. O fenômeno representa um fator de impedimento para o adequado desenvolvimento e apropriada integração social de crianças e adolescentes, em consequência dos traumas físicos e psicológicos ocasionados.

Diante de tal cenário, os estudos realizados ao longo deste trabalho se fazem relevantes, uma vez que ainda observa-se uma quantidade majoritária de pais e responsáveis que acreditam que o uso da violência é o método mais eficaz quando se trata de crianças e adolescentes que não obedecem à autoridade que lhe é imposta. Dessa forma, mesmo com a implementação de leis que protegem o público infanto-juvenil nesse sentido, ainda há uma ampla persistência de violências contra esse grupo e que, conseqüentemente, contribui para a permanência da transmissão geracional da violência, oferecendo grandes riscos à integridade física e psicológica desses sujeitos em desenvolvimento e aos integrantes das futuras gerações do quadro familiar. A partir da compreensão desse fenômeno, também abre-se a possibilidade

de visualizar o seu rompimento e inibir a (re)produção do ciclo das violências, bem como repensar práticas parentais alternativas e mais saudáveis.

Para melhor entendimento da questão da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, propõem-se as seguintes questões: Como são manifestadas as expressões de violência no meio intrafamiliar? Qual a visão dos pais e responsáveis sobre práticas educativas parentais baseadas na violência/abuso físico e psicológico? Como os padrões relacionais pautados em violências são transmitidos entre as gerações familiares?

Com isso, o presente trabalho tem como objeto de estudo as múltiplas faces da violência intrafamiliar, focando no uso de abusos físicos e psicológicos com fins educativos e disciplinares perpetrados pelos pais e/ou adultos responsáveis contra crianças e adolescentes. Será adotada a abordagem sistêmica como referencial teórico para tais investigações.

Levanta-se a hipótese de que a violência intrafamiliar é um fenômeno de alta complexidade e difícil identificação, visto que os agressores são os familiares que mantêm com as crianças e os adolescentes relações próximas, com vínculos afetivos e que também estão localizados em uma posição de autoridade. Ademais, acredita-se que estão envolvidas concepções arraigadas em práticas educativas pautadas na violência (física e psicológica), que são naturalizadas e legitimadas dentro daquele grupo familiar em decorrência de um histórico de transmissão geracional enrijecido. Sendo assim, supõe-se que os adultos utilizam a violência como instrumento educativo porque é o único método por eles conhecidos, já que experienciaram um contexto de violência durante toda a sua vida, sendo a opção possível de lidar com os seus conflitos relacionais.

Objetivos

Objetivo geral:

- Compreender como práticas educativas violentas, dentro do ambiente familiar, têm sido perpetradas pelos adultos responsáveis contra crianças e adolescentes.

Objetivos específicos:

- Analisar a compreensão dos pais/responsáveis sobre autoridade, educação e violência;
- Identificar as expressões de violência perpetradas por pais/responsáveis contra crianças e adolescentes no meio familiar;
- Investigar como a transmissão geracional dos padrões comunicacionais influenciam na educação das crianças e adolescentes dentro do contexto familiar;
- Compreender - do ponto de vista dos responsáveis/cuidadores - os efeitos do uso de práticas educativas violentas e abusivas contra crianças e adolescentes.

Revisão da literatura

A família e suas relações

A família pode ser definida como um conjunto de relações entre pessoas que possuem ou não uma ligação consanguínea e que se influenciam reciprocamente de maneira direta, intensa e duradoura (Antoni, 2005). Ela é um dos principais agentes de socialização e construção identitária do sujeito, uma vez que é responsável por oferecer proteção, garantir o bem-estar e transmitir os primeiros valores, habilidades, comportamentos e costumes. Com isso, a família também se torna encarregada por influenciar na construção da saúde emocional dos seus membros (Dias, 2011).

É possível observar que, nas últimas décadas, o conceito de família - antes constituída por mãe, pai e filhos - tem sofrido diversas modificações e ganhou novas significações, visto que transformações nas conjunturas familiares têm permitido a ampliação das perspectivas e organizações dos seus envolvidos (Dias, 2011). Portanto, a família é uma estrutura que se adapta aos cenários sociais, culturais e históricos, de maneira que também gera transformações nos contextos relacionais de poder e, logo, nas suas representações subjetivas (Brasil, 2002; Wagner et. al, 2011).

Além das famílias mononucleares, formadas por apenas um dos genitores, surgiram as famílias constituídas por mães solteiras, produções independentes, casais homossexuais, filhos provenientes de inseminação artificial e famílias formadas em função dos vários divórcios, compostas por filhos gerados pela união do novo casal e pelos filhos das uniões anteriores (Noronha & Parron, 2012). Com isso, define-se a configuração familiar em termos dos arranjos e disposições dos membros que a compõem, não estando limitada aos fatores biológicos e legais (Wagner et. al, 2011).

Partindo de uma visão sistêmica, independente do modelo familiar, a família é um conjunto de pessoas estabelecidas como unidade social e como um todo sistêmico, no qual há uma troca relacional entre os envolvidos e o meio externo (Dias, 2011). Esse grupo passa a compor um sistema dinâmico, que se relaciona com diferentes subsistemas que desempenham funções socialmente importantes de afeto, educação, socialização e reprodução, desenhando também papéis e funções específicos (Antoni & Koller, 2000; Dias, 2001; Relvas & Alarcão, 2003).

Uma característica relevante no modelo sistêmico é que a forma como as relações familiares são estruturadas e ordenadas afeta direta e indiretamente a qualidade do

relacionamento entre quaisquer dois membros da família (Cowan & Cowan, 2016). Tal sistema também acaba produzindo um complexo dinamismo de disputa baseado em hierarquizações de poder e motivado pela conquista de lugares que garantam amor, reconhecimento e cuidado (Brasil, 2001). Diante disso, é cabível afirmar que a família é um sistema de frequentes interações, sendo que a comunicação é o elemento que integra e sustenta o convívio dos seus membros como um todo (Dias 2011).

A comunicação, portanto, é fundamental para se entender os relacionamentos ao nível de suas práticas. Tratando-se mais especificamente da comunicação no exercício da parentalidade, seus efeitos devem ser analisados de acordo com as singularidades e os desafios encontrados em cada família (Portugal & Alberto, 2010). É por meio desse elemento que os genitores e outros adultos delegam regras e limites às crianças e aos adolescentes, promovendo contextos nos quais os últimos possam visualizar expectativas a respeito dos outros. Em outras palavras, a comunicação influencia na maneira como crianças e adultos organizam e administram os seus significados sociais e individuais (Portugal, 2013).

Diante disso, compreende-se que as dificuldades na comunicação entre responsáveis e crianças e adolescentes podem implicar em situações de abuso e violência em seus relacionamentos, o que acaba suscitando sentimentos de inferioridade e desqualificação nas vítimas. “A expressão abusiva, seja em que dimensão for, traduz uma confusão entre o conteúdo e a relação” (Portugal & Alberto, 2010, p. 395).

Com isso, é possível afirmar que a família é um sistema integrado que opera para obter equilíbrio nos diferentes contextos nos quais ela se insere. Logo, espera-se que o indivíduo visualize, em sua família, condições para subsidiar seu desenvolvimento saudável. Contudo, essa ideia tem sido contraposta pela dimensão e pelos problemas cada vez maiores

da violência intrafamiliar (Brasil, 2002; Hermel & Dremer, 2013). Uma família que encontra dificuldades para lidar com problemas ou eventos estressores não consegue buscar os recursos em si mesma e nos sistemas mais amplos. Quando uma família não consegue compreender e superar uma crise, “os conflitos tendem a se tornar violentos” (Brasil, 2002, p. 14). Portanto, é preciso pensar a violência dentro de um contexto e das relações em que se manifestam, reconhecendo que esse fenômeno não cabe apenas em culpabilizar o agressor ou a vítima, mas, sim, perceber que se trata de consequências de uma dinâmica relacional complexa (Nunes et al., 2008).

Violência intrafamiliar: um olhar sobre a educação punitiva em relação às crianças e aos adolescentes ao longo do tempo

Uma das expressões da organização familiar está nos métodos utilizados pelos pais ou responsáveis para educar as crianças e os adolescentes. Tais recursos refletem dimensões culturais, sociais e individuais de concepções, crenças e expectativas que os pais transmitem e desejam que seus filhos internalizem. Cuidadores que não conseguem compreender e administrar os confrontos encontrados no convívio e na criação tendem a utilizar a violência para assegurarem seus lugares de poder dentro das relações (Brasil, 2001; Bem & Wagner, 2006; Oliveira & Caldana, 2009).

A violência intrafamiliar é definida assim, como toda ação que ofereça prejuízos ao bem-estar, à integridade física e psicológica, à liberdade e ao direito do pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida em ambiente público ou doméstico onde exista vínculo familiar e íntimo entre a vítima e o agressor, havendo ou não laços de consanguinidade e contando com as relações em que se constrói e se efetua. Em suma, violência intrafamiliar engloba o abuso praticado no contexto familiar contra qualquer

um de seus membros (pais, filhos, irmãos, avós, cônjuges etc.) (Caravantes, 2000; Brasil, 2001; Cesca, 2004). Entretanto, dentro dessa definição, será abordada, a seguir, a violência intrafamiliar física e psicológica contra criança e adolescente.

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente envolve todo ato ou omissão exercida pelos familiares, sendo capaz de causar transtornos físico e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, em uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância e juventude, da qual há uma negação do direito de crianças e adolescente de serem tratados como sujeitos em condições especiais de desenvolvimento (Monteiro et al., 2009). Com isso, verifica-se que o cenário familiar tem sido espaço marcante para a manifestação da violência em desfavor a esse público (Antunes, 2020).

A violência psicológica pode ser considerada a partir de certos comportamentos emitidos pelos adultos, como: a) rejeitar, desqualificando e deslegitimando a importância e as necessidades da criança; b) isolar, impedindo a criança de manter trocas sociais e a fazendo acreditar que está sozinha; c) aterrorizar, provocando sentimentos de medo e terror a partir de ataques verbais; d) ignorar, privando o desenvolvimento saudável do emocional e intelectual e e) corromper, influenciando negativamente a socialização (Abranches & Assis, 2011). A partir de Oliveira e Caldana (2009), no que tange a violência física, existem grupos familiares que utilizam castigos físicos em níveis diversos como “surras, palmadas, beliscões, chegando a níveis graves de agressão contra o corpo da criança, que podem causar queimaduras, fraturas e outras lesões” (Oliveira & Caldana, 2009, p. 680).

As violências, na maioria das vezes, sobrepõem-se e raramente ocorrem de modo isolado, no sentido de que quando é identificada a ocorrência de alguma expressão agressiva,

frequentemente, existe uma inter-relação que expõe outras manifestações de violência. Esse aspecto deve ser considerado como um indicador significativo de vulnerabilidade para a violência nas famílias (Minayo, 2006). Há uma ligação clara entre famílias permeadas por relações de poder e violência intrafamiliar. Uma cultura de submissão das crianças ao adulto cultiva relações de dominação e medo, qualquer desvio desse padrão irá gerar conflitos e, possivelmente, violência (Narvez & Koller, 2006).

Em geral, os adultos que assumem uma posição abusiva justificam seus atos como medidas educativas-disciplinares e defendem que a criança deve sempre obedecer a sua autoridade sem fazer questionamentos. Assim, em favor da disciplina e da obediência, a criança e o adolescente sofrem violências (Gomes et al., 2002). Além disso, as violências sofridas, muitas vezes, são veladas e mantidas em segredo porque outros membros do grupo acabam tornando-se coniventes em relação às atitudes do agressor, ou seja, todos assumem uma postura de não comprometimento com a vítima. Não havendo intervenções externas e internas, o ciclo da violência tende a se repetir diversas vezes (Antoni & Koller, 2000).

As atitudes de violência perpetradas pelos pais/responsáveis são observadas com frequência na história social da infância e juventude e se caracterizam por comportamentos de natureza assimétrica, hierárquica e adultocêntrica (Ricas et al., 2006). Neste sentido, para melhor compreensão desse cenário, é imprescindível conhecer o contexto histórico sobre as concepções e práticas de educação e disciplina pela família.

Durante décadas, as crianças eram vistas como seres de menos direitos, sobre as quais os adultos tinham o poder legal e moral e utilizavam o recurso desejado para fazer com que elas obedecessem, chegando a recorrer até a violências extremas (Martins, 2009). Levando em conta o cenário brasileiro, durante o século XVIII e parte do XIX,

recebendo grandes influências da Igreja Católica, houve a prevalência do modelo de família patriarcal e a presença da escravidão como aspectos que delinearam os formatos de cuidado e educação dos filhos (Malmonge, 2017). O homem adulto era a figura principal e responsável por demarcar rigidamente os papéis e funções dos seus membros, tendo a formação moral, a obediência e a autoridade como elementos supremos. A respeito dos castigos físicos, até o século XX, eram considerados como práticas educativas aceitáveis e até recomendáveis, sendo utilizados como instrumento de disciplina moral, de garantia de respeito e de obediência à autoridade parental, especialmente à figura do pai, que se mantinha afastado afetivamente da esposa e dos filhos (Oliveira & Caldana, 2009).

No decorrer do século XX, esse modelo começou a ser objeto de questionamento com a tomada de consciência por parte da população, que viu o afastamento do Estado em relação a Igreja e passou a manter relações afetivas até mesmo sem a figura de um patriarca. A visão hierarquizada da família sofreu grandes transformações, a respeito não só da diminuição de seus membros, mas também no sentido do comando familiar por parte de seus integrantes, o que antes era direcionado apenas ao homem (Malmonge, 2017).

Como descendência da família patriarcal, prevaleceu o modelo de família tradicional até meados da década de 60 (Oliveira & Caldana, 2009). Nesse formato, a desigualdade dos papéis, segundo o gênero e a geração, ainda era claramente delimitada e as regras eram rigidamente definidas para cada membro, de modo que os pais tinham autoridade sobre os filhos e ainda desconsideravam o diálogo e o afeto nas relações (Stengel, 2011), cenário semelhante ao anterior. Até essa década, as famílias eram constituídas basicamente por pai, mãe e filhos, os quais associavam a obediência como um elemento positivo, vinculada às

práticas coercitivas e ao medo, o que explica, parcialmente, a reprodução desses modelos parentais no decorrer de gerações (Dessen, 2010).

Embora tenham ocorrido significativas e decisivas transformações no papel feminino, foi apenas ao final da década de 60 que o papel da mulher se modificou expressivamente, gerando, conseqüentemente, mudanças evidentes na família (Dessen & Braz, 2005). O final dos anos 60 e as décadas de 70 e 80 foram marcados não só pela participação ativa das mulheres no contexto social, político e econômico do país, mas também por relações mais igualitárias entre os cônjuges e entre pais e filhos (Dessen & Torres, 2002). Diferentemente das décadas anteriores, a mãe passou a questionar, com maior frequência, o excesso de rigidez, o autoritarismo, o nível de exigência e a punição que fizeram parte da sua educação, indicando a importância de mudar a forma de agir com os filhos. Essa nova postura materna demonstra uma subversão na concepção de ser boa mãe ao longo do século XX, que passou de práticas controladoras e autoritárias para a demonstração de ternura, estimulação do comportamento, valorização do diálogo e o bem-estar subjetivo dos filhos (Biasoli-Alves, 2000).

Com a Constituição Federal de 1988 e com a condução do país do Estado Liberal para o Social, a família também foi afetada por essas novas configurações. Foram regulamentadas novas possibilidades de família, instaurando a igualdade entre homem e mulher, ampliando o conceito de família e protegendo todos os seus integrantes (Mariano, 2009). Dessen (2010) aponta que esse novo formato ia contra as posições hierárquicas na família e buscava relações mais simétricas entre as identidades envolvidas, atenuando, assim, as desigualdades de direitos e dando maior abertura aos diálogos e à afetividade dentro da família. As mudanças culturais passaram a encaminhar-se na direção da valorização da

mulher e da criança, diminuindo o poder do homem sobre a mulher e dos pais sobre os filhos, buscando erradicar a percepção da violência como algo natural (Ricas et al., 2006).

Nas últimas décadas, as transformações sociais atingiram diretamente o núcleo familiar e originaram novas concepções de família, que não são mais equiparadas à família patriarcal e tradicional (Mariano, 2009). Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, a violência intrafamiliar perdeu sua invisibilidade, tendo em vista que tal instrumento passou a assegurar os direitos desse público e oferecer subsídios para o combate do fenômeno no seio das famílias brasileiras (Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente). “O ECA ampara a denúncia e estabelece princípios para o enfrentamento da violência intrafamiliar, bem como para a atenção psicossocial da família.” (Moreira & Sousa, 2012, p. 14).

Ainda de acordo com o estatuto, o seu art. 5º expõe que “(...) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.” (Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente). Em 2014, foi promulgada a Lei n. 13.010, que inclui dispositivos para garantir o “direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante no ambiente familiar.” (Lei nº 13.010/14. Diário Oficial da União).

Em consonância com as leis supracitadas, em abril de 2017, foi publicada a lei 13.431 que se soma às normas já existentes, instituindo mecanismos mais eficazes para atuação do Poder Público nas várias esferas de governo e setores da administração, visando assegurar,

sobretudo, um atendimento mais célere a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência:

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios desenvolverão políticas integradas e coordenadas que visem a garantir os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais, para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão. (Lei 13.431/17, Art. 2º - parágrafo único, Diário Oficial da União).

Portanto, esse tipo de violência passa a ser tratado na atualidade como uma questão de segurança, saúde e assistência públicas, sendo tutelado pelo Estado e tendo sua tramitação jurídica independente do desejo da vítima (Moreira & Sousa, 2012). Ressalta-se, ainda, que, no âmbito da saúde e da educação, passa a ser obrigação dos profissionais da área notificarem às autoridades competentes a confirmação ou suspeita de violência contra crianças e adolescentes (Penso & Costa, 2008).

Diante deste contexto, percebe-se que as relações intrafamiliares vêm sofrendo transformações ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas. Alguns comportamentos, até então socialmente naturalizados e esperados - como o autoritarismo e a utilização da força física e psicológica -, no presente momento são criticados e coibidos até pelos direitos constitucionais. Contudo, o movimento de mudança que permite a conscientização sobre os danos causados pelas violências é muito lento, tendo em vista que a punição, na maioria das vezes, ainda é justificada como uma prática educativa e disciplinar, ou seja, apesar de serem reveladas transformações de cenário, as mudanças somente acontecem de fato no plano do ideal, uma vez que, no âmbito prático, ainda se encontram

muitos impasses e ambivalências entre os valores modernos e tradicionais (Oliveira & Caldana, 2009; Araújo, 2011).

Práticas parentais e seus efeitos

Perante a persistência do uso da violência como recurso educativo e disciplinar, levanta-se a questão de quais seriam as formas alternativas e mais positivas para educar crianças e adolescentes. As práticas parentais se baseiam no conjunto de estratégias utilizadas que visam suprimir os comportamentos indesejáveis das crianças e dos adolescentes, como também promover a ocorrência de comportamentos adequados. Tais práticas possuem efeitos diretos sobre o desempenho e as características de crianças e adolescentes (Reppold, 2001) e se dividem em dois modelos: práticas não-coercitivas e práticas coercitivas (Alvarenga, 2001).

As não-coercitivas são pautadas em explicações voltadas para negociações, mudanças de hábitos e são usados comandos verbais não-coercitivos, sendo consideradas estratégias indutivas. O diálogo é um elemento essencial das estratégias indutivas e objetiva indicar à criança e ao adolescente quais são as consequências negativas dos seus comportamentos para si e para os outros, de modo que são esclarecidos os valores e as regras a serem seguidas. Já as práticas coercitivas são caracterizadas por punição verbal, ameaça de punição, privações, castigos, coações e punições físicas, desvalorizando espaços para o afeto e diálogo (Alvarenga, 2001).

Ambos os modelos possuem a intenção de comunicar o desejo do adulto de que a criança ou o adolescente modifique seu comportamento e o obedeça (Alvarenga & Piccinini, 2001). Segundo Cecconello et al. (2003), as práticas não-coercitivas objetivam uma mudança

voluntária no comportamento, ao passo que as práticas coercitivas reforçam e reafirmam o poder do adulto.

Em concordância com Rosa et al. (2015), pais autoritários buscam moldar e controlar os comportamentos dos filhos a partir de um padrão rigidamente determinado, enfatizando a obediência, o respeito pela hierarquia e ordem. Esse modelo não oferece abertura para o diálogo e para a troca de ideias, uma vez que as regras devem sempre ser seguidas sem serem questionadas. Ademais, o uso da violência é muito comum para a afirmação do poder, ou seja, manda quem tem mais força.

Ainda de acordo com a autoras, os responsáveis que exercitam a autoridade também estabelecem e fazem cumprir as regras firmemente. Todavia, eles monitoram a conduta e usam métodos não punitivos quando as regras não são obedecidas, reforçando a responsabilidade social e comportamento maduro em seus filhos. Além disso, manifestam afetividade, estão abertos ao diálogo, há um respeito mútuo entre os envolvidos, escutam a opinião uns dos outros e reconhecem os direitos de cada membro da família (Rosa & Falcke, 2011).

Além dos dois modelos supracitados, ainda é possível indicar os adultos permissivos e os negligentes. Cuidadores com uma postura permissiva costumam se comportar com pouca autoridade, são excessivamente tolerantes e tendem a satisfazer qualquer demanda que a criança apresente. Estabelecem poucas regras e limites, não estimulando o desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade, de modo que a criança necessita monitorar sozinha seu próprio comportamento (Santos, 2019; Ribeiro, 2017). Já os negligentes mantêm atitudes distantes e indiferentes, respondendo somente às necessidades básicas da criança e do

adolescente, de modo que, frequentemente, centram-se em seus próprios interesses, envolvendo-se pouco com a tarefa de socialização e afeto dos últimos (Vasconcelos & Souza, 2006).

Diante do exposto, estudos revelam que dentre as quatro práticas citadas, é possível afirmar que, no exercício da autoridade, há um equilíbrio entre afeto e controle, onde são estimulados aspectos mais positivos e saudáveis para o psicológico, como: maturidade e competência psicossociais, desempenho escolar e autoconfiança (Bem & Wagner, 2006). Portanto, o controle excessivo e a punição dos comportamentos através do uso inadequado do poder disciplinar acabam impedindo o desenvolvimento de características e habilidades de grande importância (Ceconello et al., 2003), bem como a inserção da criança e do adolescente em um meio extremamente permissivo e negligente poderá fazer com estes passem a apresentar problemas comportamentais e de disciplina, provocando condições negativas para o desenvolvimento (Vasconcelos & Souza, 2006; Rodrigues & Teixeira, 2011).

Portanto, durante a infância e a juventude, as vivências junto às figuras familiares significativas influenciam nos padrões educativos e, conseqüentemente, na tomada de decisões, nas escolhas afetivas e nos comportamentos relacionais mais variados. Todavia, essas decisões ocorrem, muitas vezes, sem a percepção do sujeito e são influenciadas por fatores culturais, morais e valorativos transmitidos entre as gerações (Falcke & Wagner, 2005; Boas & Dessen, 2019).

Os impactos da violência no meio familiar

Reis e Prata (2018) ressaltam que, ao tratar de violência intrafamiliar, é importante considerar um contexto mais amplo, visto que é uma vivência que costuma apresentar

repercussões em todos os membros da família envolvidos direta e indiretamente no cenário, isto é, o sofrimento não se restringe à vítima. As violências interferem assim, negativamente no bem-estar, na liberdade de expressão, no direito de defesa e no pleno desenvolvimento dos envolvidos (Fonseca et al., 2012).

A literatura evidencia que os impactos das violências podem estar relacionados com a sua natureza, duração, intensidade, com o vínculo afetivo entre vítima e agressor, com a capacidade emocional da vítima, sua rede de apoio e com a garantia do término da violência (Furniss, 2001). As consequências emocionais sofridas pela inserção em meios familiares violentos podem ser de difícil identificação, porém acabam sendo representadas de diferentes maneiras, acarretando “psicopatologias, dificuldades em relacionamentos sociais, transtornos de comportamento, cometimento de atos infracionais e envolvimento em relacionamentos íntimos violentos na vida adulta.” (Reis & Prata, 2018, p. 3). Outros sintomas são facilmente identificáveis nas vítimas, como: somatizações (cefaleias, úlceras, erupções cutâneas, problemas fonoaudiológicos, insônia etc.), dificuldades de aprendizagem, dificuldades de concentração, timidez, comportamentos agressivos, medo exacerbado em situações diversas, baixa autoestima e sentimento de culpa por não ter como cessar a violência e por sentir afeto pelo agressor (Miller, 2002).

Os cuidadores que expressam violência apresentam uma relação afetiva ambivalente: ora carinhosos e protetores, ora explosivos e violentos. Assim, a vítima desenvolve mecanismos de defesa para alcançar algum equilíbrio psíquico na tentativa de lidar com a instabilidade do quadro familiar. Os adultos se mostram dominadores, coercitivos, explosivos e tendem a descarregar toda a sua agressividade e frustração na

criança, enquanto esta se torna extremamente submissa e assustada, apresentando bloqueios em determinadas áreas de seu comportamento (Zottis et al., 2006).

Os modelos de comportamento aprendidos em interações com os familiares são automaticamente reproduzidos em novas situações (Silva, 2014). A vítima adiciona táticas de agressão, podendo aprender a manipular, persuadir, coagir e mostrar comportamentos sociais inadequados e, logo, exibir tais comportamentos em interações sociais com pessoas fora do lar (Bock, 2000).

A violência intrafamiliar potencializa, assim, o desenvolvimento de tensões conflituais entre os seus envolvidos. As manifestações desses conflitos vão se acentuando, de modo que acabam demonstrando déficits ou excessos de atitudes que danificam a relação dos pais ou responsáveis com as vítimas ou com indivíduos que convivam na mesma casa (Vieira et al., 2019).

Portanto, a exposição a contextos de violência gera efeitos em uma dimensão biopsicossocial, ou seja, os aspectos biológicos, psicológicos e sociais são recursivamente influenciados, estabelecendo uma rede de interconexões e efeitos múltiplos (Boeckel, 2013). A violência intrafamiliar vai além do âmbito doméstico e resulta em altos custos econômicos e sociais para a toda a sociedade, com efeitos emocionais nas famílias, impacto na saúde, na qualidade de vida e nos anos potenciais perdidos (Abranches et al., 2013).

Transmissão geracional e suas implicações nas dinâmicas familiares violentas.

Para melhor compreender a violência intrafamiliar, é necessário ter o conhecimento de como ocorre a interação entre os seus membros. O fenômeno da violência não é natural e isolado, mas é construído e emitido aos seus descendentes, de modo que os conflitos e as táticas de resolução podem ser transmitidos no decorrer do tempo (Bolze, 2016). Sendo

assim, quando uma família revela padrões de relacionamentos abusivos, está manifestando sequelas de seu relacionamento pessoal dentro de um contexto em que são estabelecidas formas de comunicação que têm como hábito o uso da violência (Ferrari, 2003).

A transmissão geracional é caracterizada pelos ensinamentos, valores éticos e culturais, papéis, regras e crenças que são perpassados de pais para filhos e que os primeiros também aprenderam com seus respectivos responsáveis. Tais processos geracionais não são influenciados apenas pelo contexto da família nuclear (casal e filhos), mas alcançam a família extensa, uma vez que, anteriormente à transmissão de informações aos filhos, os pais também foram ensinados e educados pelos seus referentes cuidadores. Ressalta-se ainda que é possível observar a transmissão de experiência tanto benéficas quanto de situações prejudiciais (Baptista et al., 2012; Penso et al., 2008).

De acordo com Osório (2002), a família apresenta possibilidades variadas de transmissão que visam preservar, nutrir e proteger as próximas gerações e oferecer elementos para a construção identitária dos seus membros. Cada família apresenta uma história única e complexa formada pelo entrelaçamento de histórias individuais, de experiências compartilhadas e de ligações geracionais (Andolfi, 2003).

É necessário ressaltar que a transmissão nunca é passiva. O que é transmitido por uma geração será recebido pelas gerações mais recentes com base nas identificações subjetivas e no tecido complexo dos laços familiares, que são capazes de modificar ou cristalizar o que foi transmitido. O termo transmissão geracional não está ligado, necessariamente, à noção de permanência (Falcke & Wagner, 2014; Granjon, 2000).

Com isso, preconiza-se que a natureza e a qualidade da parentalidade também são geracionalmente transmitidas, uma vez que adultos tendem a educar de forma semelhante à

maneira como eles próprios foram criados e educados em suas famílias de origem. (Ferrari, 2003; Vasconcelos, 2007). Diante de relações assimétricas e de exercícios educacionais baseados no uso da violência, são engendradas também posições de desigualdade e subordinação que podem estar relacionadas a conflitos mal resolvidos no passado daquela família, possivelmente associados a um padrão de relacionamento que se faz presente no histórico geracional do grupo familiar (Antoni & Koller, 2000).

A experiência de violência vivenciada na família de origem impacta na vida do indivíduo não apenas em suas relações afetivas (...), mas também em outros contextos, legitimando a violência como estratégia de resolução de conflitos nas mais diversas situações. (Reis & Prata, 2018, p. 3).

Ao exercer a paternidade ou ao assumir a responsabilidade por uma criança /adolescente é imprescindível entender as consequências da violência para as vítimas, as possibilidades de repetição desses abusos em contextos futuros e analisar suas condições anteriores como filhos. Tais processos podem fazer com que o indivíduo mantenha ou ressignifique os padrões relacionais disfuncionais (Rodrigues & Chalhub, 2014).

Quando os membros familiares são impedidos de adquirir novos significados ao longo da sua trajetória de vida, as transmissões geracionais são cristalizadas (Carreteiro & Freire, 2006). Contudo, é necessário frisar que nem todos os adultos que sofreram violências na infância se tornarão pais ou responsáveis violentos. Existem alguns fatores que podem servir como potencializadores para o rompimento do ciclo da violência, sendo estes: a resiliência infantil, a rede de apoio social disponível e a coesão familiar. Portanto, há outros fatores sociais e individuais que contribuem para a formação do modelo interacional dos pais

com os filhos e que impulsionam na criação de novas maneiras de lidar com os conflitos familiares (Penso & Costa, 2008; Falcke & Rosa, 2011).

Método

O presente estudo baseou-se na pesquisa qualitativa, a qual consiste na investigação do fenômeno a partir do contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada (Flick, 2009). Em concordância com Minayo et al., (1993), esse modelo de pesquisa possibilita que o pesquisador, o participante e o fenômeno criem em conjunto um universo complexo de significados, através de suas visões de mundo. Para tanto, buscou-se captar a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes a partir da perspectiva dos adultos cuidadores/responsáveis que foram identificados como praticantes de violências psicológicas e físicas, considerando os pontos de vista apresentados por esses e que foram relevantes para o objetivo da pesquisa. Posteriormente, as informações foram interpretadas de maneira a compreender a totalidade complexa do fenômeno.

O método qualitativo visa compreender o homem por meio da fenomenologia, tendo como principal instrumento de pesquisa o próprio pesquisador e seus sentimentos. São utilizadas observações, perguntas abertas e outros instrumentos que possibilitem as manifestações subjetivas do indivíduo (González Rey, 2002), embasando-se em três pressupostos: o conhecimento como produção construtiva-interpretativa; a produção de conhecimentos como interativa e relacional; e a produção do conhecimento com foco na legitimidade da singularidade (González Rey, 2017).

As amostras são menores e individuais, de modo que são estabelecidas relações entre o significado dos fenômenos para o indivíduo e para a sociedade (González Rey, 2002).

Ao estudar pequenas amostras, a natureza qualitativa oferece espaço às regularidades, mas se preocupa com as singularidades nas análises de cada grupo familiar em especial (Wendt & Crepaldi, 2008).

Na pesquisa com famílias, é de suma importância manter o foco na complexidade das relações que este grupo social apresenta, estando atento à maior quantidade de detalhes possível (Wendt & Crepaldi, 2008). Resultados e conclusões são edificados ao longo da pesquisa através das correlações entre o conteúdo trazido pelo sujeito e os problemas levantados no começo do trabalho (González Rey, 2002).

Para a pesquisa em questão, foi realizado um estudo de caso, que se caracteriza pela investigação do fenômeno da violência intrafamiliar dentro de seu contexto de vida real, tendo como objetivo compreender a vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução da problemática, isto é, gerar inteligibilidade a respeito dos sentidos e as múltiplas configurações associadas ao fenômeno. Desta forma, na busca por uma compreensão mais completa do fenômeno em estudo, foram contempladas as dimensões em que ele se apresenta, bem como os contextos em que se situa.

Participantes da pesquisa

Para a realização da pesquisa, foram escolhidas cinco mães de crianças e/ou adolescentes. As referidas foram selecionadas a partir das sugestões feitas pelos estagiários e supervisora do Grupo de Apoio aos Pais (GAP) e mediante análise dos prontuários das referidas, presentes no Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR) do UniCEUB. O critério para escolher as participantes baseou-se no fato destes estarem participando do Grupo de Apoio aos Pais (GAP) e por virem manifestando práticas educativas baseadas na violência

física e/ou psicológica contra os filhos, estando ali de maneira espontânea ou por encaminhamento de outras instituições. Ressalta-se que procurou-se estar em contato com mais de um responsável, como o pai, tios ou avós da criança/adolescente; todavia, estes não compareceram aos Grupos, o que impossibilitou a comunicação com os referidos.

É importante indicar ainda que, mesmo explanadas todas as informações necessárias e os objetivos da presente pesquisa, identificou-se que uma das participantes não se envolveu como sujeito da pesquisa, demonstrando não ter entrado em contato com o processo. A referida mostrou distanciamento e indiferença durante a aplicação dos instrumentos e por isso os seus dados e resultados foram desconsiderados durante a análise. Levanta-se a hipótese de que o ocorrido se deu pelo receio da genitora de revelar conteúdos que comprometessem sua imagem como cuidadora e que intensificassem os conflitos relacionais com a sua filha e os seus demais familiares. Deste modo, para o presente estudo, foram consideradas ao final do processo de coleta de informações, apenas quatro participantes.

Instrumentos

Entrevista semiestruturada (Apêndice A)

A entrevista permite a coleta de informação por meio da fala individual, a qual revela sistemas simbólicos, normativos e de valores (Duarte, 2004). O formato semiestruturado possibilita a liberdade para abordar outros assuntos que vão surgindo no decorrer das conversas, de maneira que as questões predefinidas são apenas uma diretriz e não precisam necessariamente ditar os diálogos. Esse instrumento permite, assim, ter um acesso mais profundo à experiência do entrevistado, coletando as percepções e significações feitas diante de suas experiências e levantando informações consistentes que proporcionem a descrição e compreensão daquela realidade.

Durante a entrevista, foram propostos questionamentos a respeito da dinâmica relacional entre o entrevistado e o adolescente e/ou criança, bem como com os outros membros da família; suas crenças e concepções a respeito de educação, disciplina e cuidado; suas compreensões sobre violência dentro da família e o seu histórico de relacionamento familiar. Nesse caso, a entrevista tornou-se um instrumento fundamental para identificar práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais que circundam a violência intrafamiliar.

Genograma (Apêndice B)

O genograma tem sido difundido como um instrumento científico para coleta de dados, especificamente em pesquisas qualitativas com famílias. Consiste em uma representação gráfica que mostra o mapa da família visando verificar a composição familiar, clarificar os padrões relacionais familiares, identificar a família extensa e, logo, analisar a conjuntura de transmissão geracional dentro daquele grupo (Wendt & Crepaldi, 2008).

O instrumento é um recurso utilizado também para clarificar a história transgeracional dos adultos responsáveis e como os padrões comunicacionais implicam nos recursos educacionais adotados por eles. Diante disso, o genograma serviu para identificar as sequências específicas dos comportamentos interpessoais.

As ações de cada pessoa foram visualizadas de forma interativa com os demais membros da relação, incluindo aspectos complexos de interdependência nas relações familiares, sendo eles emocionais, relacionais e comunicacionais. Destaca-se ainda que foram construídos os genogramas de cada uma das participantes com base nas informações fornecidas pelas referidas e que os instrumentos se encontram representados ao final do estudo.

Complemento de frases (Apêndice C)

Este instrumento consiste na elaboração, pelo pesquisador, de frases incompletas com temas gerais e específicos que estejam relacionados ao assunto que se deseja explorar. Os sujeitos respondem de acordo com sua própria subjetividade (González Rey, 2005). Esta técnica foi aplicada no último momento do encontro, considerando que o vínculo entre a pesquisadora e o participante já estava mais fortalecido, o que facilitou a expressão da subjetividade por parte do indivíduo.

Foram apresentadas, às participantes, dezoito frases para serem complementadas. As frases foram elaboradas para que outros sentidos subjetivos que não surgiram na aplicação dos outros instrumentos pudessem emergir, possibilitando à pesquisadora observar com maior profundidade os sentidos singulares presentes na realidade dos sujeitos envolvidos. A partir das frases complementadas, foi possível extrair indicadores de sentido subjetivo, como por exemplo: preocupações, desejos, características pessoais, necessidades, relacionamentos familiares, entre outros.

Procedimento para construção das informações

Após encaminhamento e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP – UniCEUB/37362620.9.0000.0023) - conforme descrito no cronograma de atividades. No primeiro momento, a pesquisadora entrou em contato, presencialmente, com os estagiários do Grupo de Apoio aos Pais (GAP) e sua respectiva supervisora, solicitando a indicação de pais/responsáveis que estavam sendo atendidos pelo grupo e revelavam práticas parentais baseadas no uso da violência psicológica e/ou física. Após as sugestões e análise

dos prontuários das participantes, foram selecionadas aquelas que apresentavam o perfil mais congruente aos objetivos da presente pesquisa.

Posteriormente, a pesquisadora foi apresentada, pelos estagiários do GAP, às participantes, de modo que a primeira expôs uma breve explicação sobre as motivações e os principais objetivos da pesquisa. Ao aceitar o convite para participar da entrevista, a participante foi encaminhada, após o atendimento no GAP, para uma sala particular na intenção de que fosse promovido um espaço singular, favorecendo maior clima de espontaneidade, intimidade e privacidade.

No momento inicial do encontro, foi entregue e assinado por ambas as partes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice D), sendo que estas ficaram com uma cópia do termo assinado. Ressalta-se que a gravação das entrevistas (sempre garantindo a preservação dos critérios de privacidade e sigilo), o caráter estritamente voluntário da pesquisa e a possibilidade de desistência do processo foram reforçados.

Cada encontro teve a duração de 30 a 50 minutos, havendo variância em virtude da riqueza, do envolvimento e da necessidade da pessoa envolvida. A aplicação de todos os instrumentos ocorreu em apenas um encontro, tendo inicialmente a utilização da entrevista semiestruturada, em seguida o genograma e, por último, o complemento de frases.

Após a aplicação dos instrumentos, as gravações das entrevistas foram transcritas, havendo, em sequência, a leitura flutuante e exaustiva do material para iniciar o processo de análise das informações. Terminada a análise e apresentado à banca do trabalho final, foi marcado outro encontro com cada participante, tendo a finalidade de dar uma devolutiva a esta. Após sua aprovação, será marcado um novo encontro com cada participante, tendo a finalidade de dar uma devolutiva sobre o estudo feito. Serão levantados alguns pontos

relevantes na intenção de propiciar a reflexão sobre o padrão educativo em vigência na família.

Procedimentos para a análise das informações

As informações coletadas foram submetidas à análise de conteúdo construtivo-interpretativo de González Rey (2005). O autor propõe que esse modelo de análise seja definido pela produção do conhecimento como um processo, tendo a comunicação como espaço de criação da informação e o reconhecimento do singular como instância de formação do conhecimento científico. Nessa perspectiva, evidencia-se um processo dialógico pautado no envolvimento ativo dos participantes da pesquisa, condição essencial para que os sentidos subjetivos possam emergir no processo, e onde há um movimento contínuo de produção e não de respostas absolutas e definitivas (González Rey, 2005).

Diante disso, as participantes da pesquisa foram compreendidas a partir de suas expressões abertas, autênticas, sendo capazes de manifestar seus desejos, necessidades e contradições, levando em conta que tais processos não aparecem de maneira direta e objetiva na palavra, mas através de elementos indiretos (indicadores) que recebem significação mediante a interpretação do pesquisador. Ainda de acordo com González Rey (2005), esses elementos produzidos constituem-se em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. “As zonas de sentido por sua vez, não são identificadas nos dados obtidos, mas construídas do ‘diálogo’ com os dados, que são uma referência dos processos construtivos do pesquisador.” (González Rey, 2005, p. 123).

A pesquisa foi voltada para uma relação dialógica, onde predomina a abertura de novos espaços de troca e reflexão que envolvem as emoções do sujeito. Portanto, a

pesquisadora mostrou-se envolvido em um câmbio permanente de ideias com as participantes, convertendo o espaço da pesquisa em um novo espaço social para estas. Nesse sentido, foram delimitados os eixos de análise, norteados pelas hipóteses e objetivos propostos para o estudo, auxiliando a extrair dos instrumentos as informações necessárias para a construção dos indicadores, em um primeiro momento, e das zonas de sentido, em seguida.

Resultados e discussões

Durante o processo de construção e interpretação das informações com as genitoras participantes do estudo, foram explorados os indicadores comuns concatenados aos objetivos da pesquisa. Os indicadores apontados a partir destas dimensões, à medida que revelavam sentidos comuns, diante do ponto de vista da pesquisadora, foram agrupados e construídos em hipóteses, viabilizando a edificação de Zonas de Sentido. Com isso, foram compostas quatro Zonas de Sentido: A falta de controle sobre os comportamentos dos filhos; ausência paterna e a sobrecarga materna; a inter-relação entre violências físicas e psicológicas e; a transmissão geracional como fator que motiva.

Tabela 1.

Zonas de sentido e indicadores

Zona de sentido	Indicadores
-----------------	-------------

A falta de controle sobre os comportamentos dos filhos	Ineficácia no estabelecimento de regras e limites; oscilação entre atitudes permissivas e autoritárias; desconhecimento de uma prática educativa satisfatória e perda de controle em relação a indisciplina dos filhos
Ausência paterna e a sobrecarga materna	Afastamento paterno; sobrecarga e múltiplas jornadas da mãe; estresse como intensificador das violências; paternidade permissiva e ausência paterna física e emocional.
A inter-relação entre as violências psicológicas físicas	Presença de violências físicas (tapas, chineladas, puxões...) e psicológicas (brincas, ameaças, chantagens, gritos, privações de direitos...); violências como medida mais eficaz e com resultados imediatos; punições como consequência de ordens não obedecidas; desvalorização do diálogo; uso da violência física quando a psicológica não funciona.
A transmissão geracional como fator que motiva	Presença de violências físicas e psicológicas intensas durante a infância; traumas relacionados a eventos de violência durante

infância e adolescência; tensões familiares
ocorridas no passado; tentativa pouco
sucedida de romper com os padrões
familiares.

Zona de Sentido 1: Falta de controle sobre os comportamentos dos filhos.

Essa Zona de Sentido revela a dificuldade dos pais de encontrarem o recurso mais eficaz para determinar os limites e corrigir os comportamentos considerados inadequados, bem como a ausência de manejo das situações de conflitos com os filhos. A partir dos indicadores: Ineficácia no estabelecimento de regras e limites; oscilação entre atitudes permissivas e autoritárias; desconhecimento de uma prática educativa satisfatória e perda de controle em relação a indisciplina dos filhos, aponta-se que os educadores estão constantemente questionando a si mesmos o que permitir e o que proibir. A autoridade é, muitas vezes, confundida com o abuso de poder e é alternada com a permissividade, gerando, assim, situações indesejadas e de desequilíbrio.

As genitoras mostram-se desorientadas a respeito de qual atitude tomar, já que, após inúmeras tentativas, não têm encontrado práticas educativas que sejam realmente apropriadas e que consigam delimitar satisfatoriamente quais são os papéis e funções a serem cumpridos. Em alguns relatos, foi possível observar, que para não serem muito rígidas e autoritárias, por receio de desagradarem os filhos ou obterem resultado negativos, as mães têm perdido o controle da situação, de modo que acabam, por muitas vezes, cedendo aos desejos e birras:

“Eu confesso que muitas vezes passo a mão na cabeça (...) na medida do possível eu cobro, mas também me sinto mãe uma sem vergonha porque não exijo como deveria exigir. Fico com dó.” (Participante 2). “Muitas vezes eu acabo largando de mão por achar que ele vai ficar estressado ou agressivo. Deixo pra lá e nem falo nada.” (Participante 3).

Acho que ele vai perder o afeto e a confiança em mim e deixar de me contar as coisas se eu ficar brigando e cobrando. Eu tenho medo do R. ter uma reação muito negativa em relação a isso e aí prefiro não fazer nada às vezes. (Participante 4).

Com isso e em concordância com Ribeiro (2017), frequentemente é possível visualizar episódios em que os filhos definem os comportamentos que desejam que os pais tenham, fazendo com que estes percam a capacidade de fixar regras e limites. Os adultos, desse modo, tornam-se cada vez mais permissivos, ou indicam a alternância extrema entre o modelo autoritário e permissivo.

Por outro lado, existem as situações em que o diálogo tem sido considerado um recurso pouco eficiente e exaustivo para os pais, de maneira que os referidos acabam utilizando as violências visando a alcançar, de forma mais imediata, a ordem e a disciplina dentro de casa: “Não adianta nada falar. Eu já não sei mais o que fazer porque eu já tentei de todas as formas. Aí quando é assim, eu dou logo uma cintada.” (Participante 1). “Quando eu vejo que é birra, eu bato logo porque eu sei que ficar falando não vai resolver.” (Participante 2).

É meio complicado. Eu falo pra criança “não!” e a criança diz “sim!”. A criança meio que não quer compreender de forma alguma o que você tá falando. (...) Eu

tenho que pedir todo dia a mesma coisa. É chato! Tudo eu tenho que falar e ele ainda fica me chamando de chata. Eu tento questionar e explicar em seguida (...), mas não adianta. Todo dia é assim. Eu tento explicar, mas não adianta e aí eu perco a paciência e acabo colocando de castigo ou batendo. (Participante 3).

Como afirma Leite (2017), as famílias vêm se apresentando, assim, de forma oscilante, ora utilizam uma postura de autoritarismo, ora assumem uma posição mais permissiva. Nesse sentido, a coexistência desses modelos paradoxais acaba constituindo uma função de educação frágil e ineficaz no que tange ao estabelecimento de regras e limites. Ao que tudo indica, as relações parentais verticais e horizontais excessivamente opostas indicam um enfraquecimento nos limites e na autoridade.

A partir dos complementos de frases, quando questionadas sobre suas percepções a respeito de educação e autoridade, as mães sempre identificaram os dois conceitos como situações de “muita responsabilidade” (Participante 2), “de dificuldades” (Participante 1), e que exigem “ter pulso forte” (Participante 1) e ser “rígida” (Participante 3), revelando mais uma vez os obstáculos que encontram para exercer a maternidade, bem como a necessidade de serem sempre autoritárias e severas para conseguirem o respeito dos filhos. Nesse sentido, genitores autoritários procuram controlar a postura dos filhos enfatizando a obediência, o respeito pela hierarquia e não oferecem abertura para o diálogo e para a troca de ideias, sendo que a violência é usada para firmar o poder (Rosa et al., 2015).

Com a observação dos genogramas (Apêndice B), também é identificado que o uso da violência é uma prática comum dentro das famílias, de modo que é natural e generalizado

perante as dinâmicas relacionais. Diante disso, é cabível concordar com autores no sentido de que é possível a repetição, em contextos futuros, das relações de abuso vividas durante a infância e juventude. Em outras palavras, é muito comum que o indivíduo mantenha, na vida adulta, os padrões relacionais disfuncionais presenciados em sua família de origem. Quando os genitores não conseguem obter novos significados ao longo da sua trajetória de vida, as transmissões geracionais ficam cristalizadas (Bock, 2000; Carreteiro & Freire, 2006; Rodrigues & Chalhub, 2014; Silva, 2014).

Zona de sentido 2: A ausência paterna e a sobrecarga materna

Nessa Zona de Sentido, é demonstrado como as mães se sentem sobrecarregadas ao terem que assumir a dupla parentalidade em virtude do distanciamento paterno, seja ele físico ou emocional. Os genitores se mostram ausentes por causa da vida profissional que levam, por questões pessoais ou até mesmo por terem escolhido não assumir a paternidade. Quando presentes, se envolvem pouco nos conflitos familiares e são, visivelmente, agressivos ou permissivos, chegando, em algumas ocasiões, se abster das situações de confronto ou desautorizar as regras impostas pela companheira. Dentre os indicadores que constituíram essa Zona de Sentido é possível citar: Afastamento paterno; sobrecarga e múltiplas jornadas da mãe; estresse como intensificador das violências; paternidade permissiva e ausência paterna física e emocional.

Em concordância com Marin e Piccini (2009), ser mãe é um papel complexo e delicado a ser exercido, tendo em vista o tempo e a atenção que os filhos demandam. Para os autores, cuidar de uma criança não é tarefa somente para a mãe, e a assistência de um companheiro pode tornar a vivência mais leve e prazerosa. Em todos os casos foi possível

identificar que a falta de tempo das mães e a ausência dos pais são fatores que incidiram sobre a dificuldade das primeiras em manter a paciência e a disposição para educar os filhos. Com isso, as genitoras mostram-se desempenhando múltiplos papéis e jornadas, sendo que o estresse e a sobrecarga adquiridos durante esses processos são elementos que aparentam motivar a violência contra seus filhos, como é possível observar nos seguintes relatos: “Eu trabalho à noite, é difícil criar ela sozinha com tudo isso. O pai nem registrou ela. Não sei nem quem é.” (Participante 1).

Tudo vem sobre mim. Eu fico sobrecarregada. Me sinto culpada por não ficar com as minhas filhas e sinto que estou as traumatizando porque falta tempo para dar assistência. Quando estou em casa, às vezes acabo descontando nelas. (...) Além de que ele (esposo) tá muito estressado. Na verdade, eu costumo dizer que ele é estressante porque estressada só existe eu. (Participante 2).

Acho que é porque ele é muito ausente. (...) não acho meu marido presente na vida do R. Raramente o pai pode estar presente por conta do trabalho. Eu que fico mais tempo com ele (filho). A maioria das coisas sobram pra mim, aí acabo que fico estressada. (Participante 4).

As entrevistadas que possuem a presença do companheiro dentro de casa, ainda relataram as incompatibilidades no momento de educar as crianças e os adolescentes, visto que os genitores costumam deixar as situações de maiores conflitos para a figura materna, desautorizam as ordens exigidas por esta e mostram-se extremamente permissivos à maioria dos comportamentos inadequados manifestados pelos filhos:

Ele só fala, só dá bronca e só briga na hora errada. Quando elas fazem alguma coisa errada, ele disfarça e passa a mão na cabeça. Aí eu chamo ele num canto e questiono ele, porque até isso eu preciso administrar. (Participante 2).

Do mesmo jeito que eu trato um filho, eu trato o outro. Eles vão lá e me pedem balinha, eu não dou, só que o pai vai lá e dá. Eu acho que eles me acham autoritária e o pai nem tanto assim. (Participante 3).

A relação entre ele e o pai é boa, mas ele (filho) não tem tanta intimidade com ele (esposo) (...) esses dias ele me falou que gosta mais de ficar comigo do que com o pai. Acho que ele sente muita falta dele. Queria que ele fosse mais presente e estivesse mais perto emocionalmente. Ele não dá muito afeto, carinho, diálogo... tanto que o R. fica muito mais triste quando é o pai que dá bronca, já que ele quase não fica em casa. Acho que ele deveria preencher mais o espaço que tem com o filho. (Participante 4).

Além dos relatos supracitados, as mães também deixaram claro, mesmo que indiretamente, durante o complemento de frases, que gostariam de ser mais pacientes e ter mais tempo para ficar com os filhos, mesmo sendo possível observar que já dedicam grande parte de suas rotinas aos cuidados com os referidos. Afirmam que se sentem sobrecarregadas e exaustas diante de todas as tarefas que são exigidas a conciliar, sentem falta da ajuda paterna e gostariam que os companheiros participassem mais e fizessem maior esforço para educar os filhos, equilibrando o afeto e a autoridade: “Meu maior defeito como mãe é: Falta de tempo.” (Participante 2); “Minha maior dificuldade atual como mãe: Não ter tempo.” (Participantes 2 e 3); “Ter autoridade significa: Ter paciência.” (Participante 5); “No

momento eu me sinto: Sobrecarregada/Cansada.” (Participantes 2/3) e; “Eu queria ser: Mais paciente/Uma pessoa com mais tempo/Mais presente.” (Participantes 2/3/4).

Em compatibilidade com Dias (2016) e Borges (2020), faz-se necessário analisar como a sobrecarga materna ainda é legitimada e naturalizada, bem como a ausência e a omissão do pai em relação ao trabalho de cuidado. Tal tarefa, no que se refere à criação, educação e socialização dos filhos está relacionada ao que a sociedade entende como a capacidade de ser uma boa genitora, atravessando papéis de gênero, como se a mulher tivesse o dever de assumir determinadas responsabilidades pelo simples fato de ser mãe. Como é possível observar na prática, os pais deixam de assumir deveres essenciais, uma vez que raramente reconhecem sua responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos e acabam sobrecarregando suas companheiras.

Zona de sentido 3: A inter-relação entre violências físicas e psicológicas

A presente Zona de Sentido indica que, entre as formas de violência, o abuso psicológico é, provavelmente, o mais recorrente e oculto dentro dos lares, uma vez que é o mais difícil de ser identificado e acompanha todas as outras formas de violência. Com o relato das genitoras, observa-se que ele raramente se apresenta sozinho e vem sempre associado às agressões físicas, principalmente quando já não consegue alcançar os objetivos esperados, de modo que, conforme a sua frequência se intensifica, as violências físicas acabam sendo provocadas. Os indicadores que conduziram à formação dessa Zona de Sentido foram: Presença de violências físicas (tapas, chineladas, puxões...) e psicológicas (brincas, ameaças, chantagens, gritos, privações de direitos...); violências como medida mais eficaz e

com resultados imediatos; punições como consequência de ordens não obedecidas; desvalorização do diálogo; uso da violência física quando a psicológica não funciona.

As punições físicas não aparecem como a primeira alternativa utilizada pelos pais quando precisam corrigir os comportamentos inadequados dos filhos, uma vez que, de acordo com o relato das entrevistadas, ocorrem apenas em situações bem específicas. Na maioria dos casos, elas vêm como consequências dos comportamentos considerados mais graves emitidos pelas crianças e adolescentes: “Eu já cheguei a bater, mas não é sempre.” (Participante 3).

Eu só bato ou dou uma “lapada” na K. quando ela machuca ou bate em algum coleguinha, coisa mais grave. Eu nunca bati com frequência na A., somente uma vez que ela mentiu, durante sua adolescência. E o S. era mais levado, subia na mesa da escola, às vezes batia nos coleguinhas, sabe? Eu não era de bater nele não, mas colocava de castigo. (Participante 1).

Quando é birra, bater funciona mais do que ficar pedindo, agora quando é outra situação, eu não vou bater por qualquer coisa. Só quando eu vejo que é birra ou então quando eu vejo que quando chegar num local vai fazer eu passar vergonha (Participante 2).

As genitoras que assumem essas atitudes justificam seus atos como medidas educativas-disciplinares e defendem que o filho deve sempre obedecer a sua autoridade sem fazer questionamentos. Assim, em concordância com Gomes et al. (2002), visando a disciplina e a obediência, a criança e o adolescente acabam sendo violentados: “O pai dele

deu uma chinelada nele e mandou ele pro quarto ficar de castigo. E assim eu também faço, bato e mando ele ficar dentro do quarto de castigo.” (Participante 3).

Botava de joelho olhando pra parede e depois tirava. (...). Quando ela apronta assim, bate na coleguinha ou machuca alguém, eu dou logo uma “cintada”, eu bato de cinto ou então de “varinha” que eu arranco de amora. Bato porque ela é muito hiperativa, eu preciso corrigir porque chega a ser perigoso o que ela faz. (Participante 1).

As lesões ocasionadas ao corpo e ao psicológico da vítima podem ser extremamente graves. Outras são de natureza mais simples. Entretanto, todas representam o símbolo agudo da imposição de violência. Entre os abusos sofridos pelas vítimas pode-se destacar as palmadas, castigos, surras, chineladas, puxões, lesões com galhos e cintos, bem como gritos, broncas, chantagem e manipulação emocional. Além dos citados anteriormente, outros exemplos podem ser observados nos seguintes relatos:

Eu tinha avisado: “M., não pode! Mamãe tá falando!” E ela continuou chorando e birrando aí eu peguei a chinela e “PÁ” nela! Aí falei em seguida: “Vai continua! Agora eu quero ver você chorando! Chora, M.!” (...) Eu fui lá e tomei o celular dela e não pedi nem licença! Me dê aqui o celular! Porque se eu fosse pedir com carinho, ela não ia me dar. (Participante 2).

Eu pegava ele e colocava sozinho no quarto. Eu já cheguei a bater. A gente bateu nele esses dias porque a gente fala “não!” e ele agora tá com mania de vir pra cima da gente. Tá muito agressivo. (Participante 3).

Ele é muito desatento, e eu preciso ficar pedindo pra ele se ligar mais. Isso me irrita demais! Aí acabo gritando com ele. Brigo bastante. Grito muito alto. Eu não chego a bater, mas acho que as violências psicológicas às vezes podem até ser mais pesadas do que bater. (Participante 4).

Com isso, é possível concordar com Minayo (2006) no sentido de que violências se sobrepõem e raramente ocorrem isoladamente, uma vez que na existência de alguma expressão abusiva, majoritariamente, existe uma inter-relação que revela outras manifestações de violência. É evidente a ligação entre famílias constituídas por relações de poder e violência intrafamiliar. Ou seja, o ponto central da questão é que os adultos não concebem outra forma eficaz de dar limites para as crianças sem que haja a expressão de coerções. Sejam físicas ou psicológicas, as punições são usadas não apenas pela produção de um efeito imediato, mas também pela falta de conhecimento dos pais sobre as fases do desenvolvimento infantil, sobre outras estratégias educativas e sobre os malefícios da educação violenta. A falta de conhecimento dos pais também pode produzir sentimentos de fracasso, culpa e irritação por não saber como se comportar diante dos filhos (Weber et al., 2004; Patias et al., 2012).

Zona de Sentido 4: A transmissão geracional como fator que motiva

Essa Zona de Sentido revela como as transmissões geracionais se fazem presentes nos modelos adotados para educar e disciplinar os filhos. Diante do que foi exposto pelas participantes é possível observar que apesar de haver vários padrões relacionais enrijecidos, todas as genitoras apresentam um movimento no sentido de tentar romper com algumas

referências de violência vivenciadas na infância e adolescência. Como citam alguns autores, a transmissão geracional volta-se para uma passagem de processos entre as gerações, mas não significa, necessariamente, a permanência desses eventos (Falcke & Wagner, 2014; Granjon, 2000). Os indicadores que levaram à construção da Zona de sentido foram: Presença de violências físicas e psicológicas intensas durante a infância; traumas relacionados a eventos de violência durante infância e adolescência; tensões familiares ocorridas no passado; tentativa pouco sucedida de romper com os padrões familiares.

Os depoimentos mostram que, de maneira geral, os pais acabam nutrindo expectativas irreais acerca do comportamento infantil e exigem atitudes incompatíveis com a idade e condições da criança e adolescente. Como foram criados sob contextos sócio-históricos diferentes, algumas genitoras possuem dificuldades para lidar com as circunstâncias e os desafios das novas gerações e desejam que os filhos tenham uma disciplina semelhante àquela que receberam no passado, mesmo que elas mesmas possam apresentar posturas contraditórias nos momentos de corrigir. É possível visualizar isso a partir das seguintes falas: “Tem que respeitar por obrigação. Do mesmo jeito que eu recebi essa educação.” (Participante 1).

Me sinto uma mãe sem vergonha (risos). Porque eu não estou criando da forma como eu fui criada. (...) na nossa época não existia essa geração “mimizenta”, era bem diferente. Mãe só olhava e acabou. Agora hoje em dia não, tem que falar, tem internet, tem muita coisa... até a mãe da gente, se eu começar a brigar ou bater, ela fala: “Ah tá espancando esse menino!” Se a gente for dar um tapinha, já recrimina... Ai meu Deus! É tão complicada a nossa geração! É complicado! (Participante 2).

Meus pais são nordestinos, então a criação foi muito rude. Não tinha as facilidades e as liberdades que os meninos de hoje têm. Mas mesmo com isso, eu considero que a educação era muito boa. A gente respeitava muito mais. (Participante 4).

Os genogramas das genitoras supracitadas também indicaram que o padrão comunicacional dentro de suas famílias é baseado principalmente no uso de violência física e psicológica, perpetradas, principalmente, pelas figuras masculinas, sendo estas ou extremamente autoritárias e agressivas ou, então, ausentes e negligentes. Com isso, preconiza-se que a natureza e a qualidade da parentalidade também são geracionalmente transmitidas. Os adultos tendem a educar de forma semelhante à maneira como eles próprios foram criados e educados em suas famílias de origem. Portanto, muitas vezes, os pais que receberam punições e castigos severos podem acabar perpetuando a violência como prática disciplinar-educativa (Ferrari, 2003; Vasconcelos, 2007; Penso & Costa 2008).

A entrevista também revelou que, em certos casos, as mães buscam cessar com os referenciais parentais educacionais que receberam, já que consideram que estes lhe geraram traumas e não foram eficientes para adquirir respeito aos mais velhos, mas apenas garantiam para a manutenção do medo e da insegurança dos filhos. Por tentar romper com a transmissão da violência, a mãe passa a ser criticada pelo seu grupo social e familiar, que naturaliza as violências contra os filhos e acredita que não existe autoridade sem coerção:

Padrões de violência são bem comuns e naturais dentro da família. Eu sou muito criticada porque não bato. Todo mundo fala que devíamos dar um “tabefe” nele, mas

a gente busca conversar e advertir na hora e pronto. Eu não vejo necessidade de surra. (Participante 4).

O genograma da participante também indicou padrões de violências de adultos contra crianças e adolescentes de maneira evidente e recorrente, indicando que o abuso é algo legitimado e até incentivado dentro do seu grupo familiar. Os membros da família comumente utilizam punições físicas e psicológicas contra os filhos e acreditam que essa é única forma de educar.

Além das violências físicas e psicológicas, também foi manifestado padrões de permissividade por uma das entrevistadas. Ela revelou que, atualmente, sofre com a criação que teve visto que seus genitores eram extremamente tolerantes, cediam a todos os seus desejos e não costumavam impor limites. Tais práticas a levaram na a tornar-se altamente sensível às decepções e frustrações e com dificuldades para lidar com os desafios da vida adulta:

Sem falar que meu pai mima muito ele (o filho) (...), passa muito a mão na cabeça dele, deixa fazer tudo o que ele quer. Meu pai também não deixa a gente corrigir ele. Meu pai é muito permissivo e me desautoriza o tempo todo. Ele era do mesmo jeito comigo e minha mãe também. Era bom só que minha mãe não me colocava pra ter obrigações e nem fazer nada, aí hoje em dia, tendo uma família, pra mim é muito complicado porque eu não tenho certos hábitos. Tive que aprender na marra. É um desafio. (Participante 3).

Mesmo que algumas participantes não concordem com os modelos educacionais recebidos e tenham tentado romper com muitos dos padrões relacionais que são perpetuados na família, buscando repensar e reelaborar os métodos educacionais adquiridos durante anos, é possível observar que elas ainda possuem dificuldades, conscientes ou não, de interromper alguns comportamentos comumente emitidos e valorizados pelos seus membros familiares: Deus me livre de fazer com ela o que já fizeram comigo., mas acaba que eu bato ou dou uma “lapada” na K. quando ela machuca ou bate em algum coleguinha. (Participante 1).

Eu não quero que ele cresça da mesma forma que eu. Eu quero que ele saiba se virar bem melhor que eu. Eu tento explicar isso pra ele e ele acha que é porque a gente não gosta dele e acabo largando de mão ou fazendo logo as coisas pra ele. (Participante 3).

Então eu repito a mesma coisa que minha mãe fazia comigo e isso me reprimiu demais na fase adulta e na adolescência, eu ficava chateada. Aí eu tento evitar de fazer o mesmo, mas às vezes eu deslizo. Então quando você me pergunta isso, me faz pensar muito em coisas que eu não quero que sejam ruins pra ele iguais foram pra mim. (Participante 4).

Diante da aplicação de todos os instrumentos, principalmente com os desenhos dos genogramas (apêndice C), fica visível, assim, que a violência é um fenômeno que perpassa as gerações de todas as genitoras. Todas as participantes experimentaram, durante a infância e juventude, violências físicas e psicológicas, exigências contínuas de seus criadores, negligências emocionais, críticas frequentes de desempenho e o profundo descaso pelos

filhos enquanto sujeitos com desejos, direitos e necessidades próprias. Todas as mães vivenciaram carências afetivas significativas, isto é, conviveram com a intensa sensação de não poderem contar com a afeição, zelo e proteção de alguém desde o início de suas vidas.

Considerações finais

O presente estudo confirma que as violências físicas e psicológicas ainda permanecem no imaginário social como um recurso permitido, apropriado e até indicado para a educação dos filhos, o que acaba perpetuando uma cultura de violência dentro da família e coisificação da infância e juventude. As consequências da violência na vida da criança e do adolescente podem ser danosas, além de motivá-los a perpetuar a violência em outros contextos.

Portanto, as práticas educativas constituem valor significativo, uma vez que influenciam no desenvolvimento socioemocional de pais e filhos. A análise das concepções sobre educação e autoridade, como são expressas as práticas educativas abusivas e como se manifesta a transmissão geracional dentro do grupo familiar, que constituíram os principais objetivos do estudo, assumem especiais relevâncias para compreender em parte a complexidade do fenômeno. Observa-se que os resultados obtidos estão em concordância com a literatura apresentada e contribuem para ampliar os conhecimentos a respeito da temática em questão. O estudo vai de encontro à ideologia predominante nos discursos sociais, visto que a violência é uma prática educativa de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e, como demonstrado nos relatos, dificulta no processo de internalização dos limites e normas sociais.

Ressalta-se que questões de gênero foi uma variável que se fez altamente presente, visto que os genitores estiveram ausentes em todas as entrevistas, impossibilitando ter o contato com e estes e, logo, obtendo informações que só puderam ser analisadas a partir do ponto de vista das figuras maternas. Sugere-se ainda que os futuros estudos possam incluir a viabilidade de contato com outros membros familiares (uma limitação da presente pesquisa) e outras variáveis que possam estar envolvidas no exercício da parentalidade, como: características individuais dos genitores e outros familiares; dinâmicas relacionais entre os cônjuges e outros membros familiares; visão dos filhos a respeito dos genitores e demais familiares; características individuais dos adolescentes e das crianças e características socioeconômicas da família.

Por fim, somente será possível formar sujeitos e futuros pais responsáveis com a consciência social das necessidades e prejuízos da criança e do adolescente - a curto e longo prazo - se a geração antecedente dispuser também dessa consciência, para isso, extinguindo práticas negativas e coercitivas como forma educativa. Isto é, é necessário refletir a respeito das contribuições da família para o desenvolvimento tanto saudável quanto patológico de sua prole, repensando práticas educativas alternativas e mais positivas, pautadas no diálogo, afeto, proteção e corresponsabilidade.

Referências

- Abranches, C. D., & Assis, S. G. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500003>
- Abranches, C. D., Assis, S. G., & Pires, T. O. (2013). Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. *Ciência e saúde coletiva*, 18(10), 2995-3006. <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n10/v18n10a24.pdf>
- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas como forma de prevenção de problemas de comportamento. Em: Guillard, H. J., Madi, M. B. B. P., Queiroz, P. P., & Scoz, M. C. (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (Vol. 8, pp. 54-60). ESETEC.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722001000300002&script=sci_abstract&tlng=pt
- Andolfi, M. (2003). *Manual de Psicología Relacional: La dimensión familiar*. Colombia: La Sillueta Ediciones.
- Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 347-381. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2000000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Antoni, C. (2005). *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*.

(Dissertação de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Programa de Pós-Graduação em Psicologia de Desenvolvimento.

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6137/000481255.pdf?sequence=01>

Antunes, J. T., Machado, I. E, & Malta, D. C. (2020). Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(1), 1-13.

<https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200003.SUPL.1/pt/>

Araújo, M. F. (2011). Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. *Tempo e Argumento*, 3(1), 180-198.

<http://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303012011180/1753>

Baptista, M. N., Cardoso, H. F., & Gomes, J. O. (2012). Intergeracionalidade familiar. Em: Baptista, M. N, & Teodoro, M. L. M. (Orgs.) *Psicologia de família. Teoria, avaliação e intervenção*. (pp. 16-25). Artmed.

Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em estudo*, 11(1), 63-71. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a08.pdf>

Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(spe), 233-239.

<https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000300006>

Boas, A. C. V., & Dessen, M. A. (2019). Transmissão intergeracional da violência física contra a criança: um relato de mães. *Psicologia em estudo*, 24(spe), 1-15.

<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42647>

Bock, A. M. (2000). *Psicologias: Uma introdução ao estudo das psicologias*. (13ª ed.) Saraiva.

Boeckel, M. G. (2013). *Ambientes familiares tóxicos: Impactos da violência conjugal na vinculação entre mães e filhos, no reconhecimento de emoções e nos níveis de cortisol*. (Dissertação de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/843/1/450724.pdf>

Bolze, S. D. A. (2016). *Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: Uma perspectiva da transmissão intergeracional*. (Dissertação de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina).

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177760>

Borges, L. (2020). Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*. 1(1), 1-23.

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>

Brasil. (2002). Ministério da Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde. Caderno de atenção básica. Brasília.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Brasil. Ministério da Justiça. Lei Federal nº 8.069 de 13 julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf

Brasil. Ministério da Justiça. Lei Federal nº 13.010 de 26 junho de 2014. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/27491562/lei-n-13010-de-26-de-junho-de-2014?ref=serp-featured>

Brasil. Ministério da Justiça. Lei Federal nº 13.431 de 4 de abril de 2017. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm

Caravantes, L. (2000). Violência intrafamiliar en la reforma del sector salud. Em: Costa, A. M., Merchán-Hamnn, E., & Tajer, D. (Orgs.). *Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. (2000). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Carreteiro, T. C., & Freire, L. de L. (2006). De mãe para filha: A transmissão familiar em questão. *Psicologia Clínica*, 18(1), 179-191. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652006000100015>

Cecconello, A. M. de A. C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 45-54. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>

Cesca, T. B. (2004). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia e sociedade*, 16(3), 41-46. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a06v16n3>

Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. Em: Wagner, A. (Org.). *Processos normativos da família*. Artmed.

Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 202-219.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>

Dessen, M. A., & Torres, C. (2002). Family and socialization factors in Brazil: An overview.

Em: W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes, & D. N. Sattler (Orgs.), *Online readings in psychology and culture*. Bellingham, Washington: Western Washington University, Center for Cross-Cultural Research.

Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. Em: M. A. Dessen & A. L. Costa-Júnior (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113-131).

Porto Alegre: Artmed.

Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica - O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19(spe), 139-156.

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9176/1/gestaodesenvolvimento19_139.pdf

Dias, M. B. (2016). *Manual de Direito das Famílias*. 4ª ed. Editora Revista dos Tribunais.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24(spe), 213-225.

<https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf/>

Falcke, D, & Rosa, L. W. (2011). A violência como instrumento educativo: Uma história sem fim? Em: Wagner, A. (Org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões*. (pp. 150-163). Artmed.

Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade:

Definição de conceitos. Em: A. Wagner (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Ferrari, D. C. A., & Vecina, T. C. C. (2013). *O fim do silêncio na violência intrafamiliar*.

Ágora Editora.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3ª ed.). Artmed.

Fonseca, R. M. G. S., Egry, E. Y., Nóbrega, C. R., Apostólico, M. R., & Oliveira, R. N. G.

(2012). Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba: um olhar de gênero. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25(6), 895-901.

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000600011>

Furniss, T. (2001). *Abuso Sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre:

Artes Médicas.

Gomes, R., Deslades, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C., & Santos, J. F.C. (2002). Por que as

crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 707-714.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300014>

González Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia. Caminhos e desafios*. Thomson.

González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Thomson.

González Rey, F. (2017). *Subjetividade teoria, epistemologia e método*. Alínea.

Grajon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia

familiar psicanalítica. In: Correa, O. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, p. 17-43.

- Hermel, J. S., & Drehmer, L. B. R. (2013). Repercussões da violência intrafamiliar: Um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. *Psicologia Argumento*, 31(74), 437-446.
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20395/19659>
- Leite, M. S. S. (2017). A atuação do/a assistente social no campo sociojurídico: Vivências de estágio no Fórum Dr. Silveira Martins – Anexo vara de Mossoró. *Revista Extendere*, 5(2), 9-20. <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/view/3557/1960>
- Malmonge, L. C. (2017). Poliamor: a quebra do paradigma da família tradicional brasileira. *JurisFIB*, 8(spe), 528-548. <https://revistas.fibbauru.br/jurisfib/article/view/276/257>
- Mariano, A. B. P. (2009). As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares. 1-18.
<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/mudan%C3%A7-no-modelo-familiar-tradicional-e-o-afeto-como-pilar-de-sustenta%C3%A7%C3%A3o-destas-novas>
- Marin, A. & Piccini, C. A. (2009). Famílias Uniparentais: A mãe solteira na literatura. *Psico*, 4(40), 422-429. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161394>
- Martins, D. D. R. (2009). *O impacto da violência familiar na saúde de crianças e jovens adolescentes*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Programa de Mestrado Psicologia da Justiça.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11506>
- Miller, L. (2002). Protegendo as mulheres da violência doméstica. Em: L. Q. Moraes, & R. Naves (Orgs.), *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência* (pp. 223-263). Unicamp.

Minayo, M. C. S., Gomes, R., & Deslandes, S. F. (1993). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Editora Vozes.

Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Fiocruz.

Monteiro, E. M. L. M., Neto, B. W., Moissalye, I. B. G., Biondi, R. N. D., Brady, C. L., & Moraes, U. M. B. (2009). Violência contra criança e adolescente: rompendo o silêncio. *Revista Rene*, 10(3), 107-116.

<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027967013.pdf>

Moreira, M. I. C., & Sousa, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, (28), 13-26.

<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-

55. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>

Noronha, M. M. S., & Parron, S. F. (2012). A evolução do conceito de família. *Revista Pitágoras*, 3(spe), 1-21.

http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf

Nunes, C. B., Sarti, C. A., & Ohara, C. V. S. (2008). Concepções de profissionais da saúde sobre a violência intrafamiliar contra a criança e adolescente. *Revista Latino-americana de enfermagem*, 16(1), 136-141.

<https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421887021.pdf>

Oliveira, T. T. S. S., & Caldana, R. H. L. (2009). Educar é punir? Concepções e práticas educativas de pais agressores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 679-694.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300009&lng=pt&tlng=pt.

- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 981-996. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012000400013>
- Penso, M. A., & Costa, L. F. (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos da pesquisa à intervenção*. Summus.
- Portugal, A., & Alberto, I. (2010). O papel da comunicação no exercício da parentalidade: Desafios e especificidades. *Psychologica*, 11(52), 387-400. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-2_16
- Portugal, A. P. M. (2013). O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: Avaliação da comunicação em famílias pós-divórcio. (Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa). Faculdade de Psicologia e de Ciências. https://eg.uc.pt/bitstream/10316/24159/1/Tese%20Alda%20Portugal_web-1.pdf
- Reis, D. M., & Prata, L. C. G. (2018). O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia.pt*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2003). *Novas Formas de Família*. Quarteto.
- Reppold, C. T. (2001). *Estilo parental percebido e adaptação psicológica de adolescentes adotados*. (Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Curso de Pós-graduação em Psicologia do desenvolvimento). <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3559>

Ribeiro, R. (2017). Pais permissivos: crianças em risco. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente* 8(1), 104-118.

http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/4610/1/rpca_v8_n1_2017_8.pdf

Ricas, J. D., Miguir, T. V., & Gresta, M. L. M. (2006). A violência na infância como uma questão cultural. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(1), 151-154.

<https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000100019>

Rodrigues, L. S., & Chalhub, A. A. (2014). Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando famílias*, 18(2), 77-92.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200007

Rodrigues, G. A., & Teixeira, R. de C. P. (2011). A falta de limites na relação pais e filhos e o papel da escola. *Revista da Graduação*, 4(2), 01-17.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/10092/7122>

Rosa, L. W., Haack, K. R., & Falcke, D. (2015). Rompendo o ciclo de violência na família: Concepções de mães que reproduzem o abuso sofrido na infância com seus filhos.

Revista de Psicologia da IMED, 7(2), 26-36. <///C:/Users/Natha/Downloads/803-4790-1-PB.pdf>

Santos, A. D. R. (2019). A percepção de mãe, pais e responsáveis sobre conflitos escolares e suas formas de enfrentamento. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista - Unesp). Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas.

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191175/santos_adr_me_sjrp.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Silva, M. R. P. (2014). Os efeitos da violência intrafamiliar sobre as relações interpessoais em sala de aula. *Estação científica*, 4(1), 79-95.

<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1468/mariav4n1.pdf>

Stengel, M. (2011). O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes.

Psicologia em Revista, 17(3), 502-521.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000300011&lng=pt&tlng=pt.

Vasconcelos, A. C., & Souza, M. B. (2006). As noções de educação e disciplina em pais que agredem seus filhos. *Psico*, 37(1), 15-22. [https://docplayer.com.br/142420-As-](https://docplayer.com.br/142420-As-noco-es-de-educacao-e-disciplina-em-pais-que-agridem-seus-filhos.html)

[noco-es-de-educacao-e-disciplina-em-pais-que-agridem-seus-filhos.html](https://docplayer.com.br/142420-As-noco-es-de-educacao-e-disciplina-em-pais-que-agridem-seus-filhos.html)

Vasconcelos, M. J. E. (2007). Panorama das abordagens transgeracionais em terapia familiar.

Em: J.G., Aun et al. (Eds). *Atendimento sistêmico de*

família redes sociais. (Vol II): O processo de atendimento sistêmico.

Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.

Vieira, K. G., Schlosser, A., De Marco, T. T., & D'Agostini, F. P. (2019). Relações abusivas no contexto familiar. *Anuário Pesquisa e Extensão*, 4(spe).

<https://unoesc.emnuvens.com.br/apeuv/article/view/20651/12303>

Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea:

revisitando conceitos. Em: Wagner, A. (Org). *Desafios psicossociais da família*

contemporânea: pesquisas e reflexões. (2011). Artmed, p. 19-35.

Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.

<https://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a04v9n2>

Wendt, N. C., & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200016>

Zottis, G. A. H., Algeri, S., & Portella, V. C. C. (2006). Violência intrafamiliar contra a criança e as atribuições do profissional de enfermagem. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 8(2), 146-153. <http://dx.doi.org/10.5380/fsd.v8i2.79>

Apêndices

Apêndice A

Entrevista semiestruturada

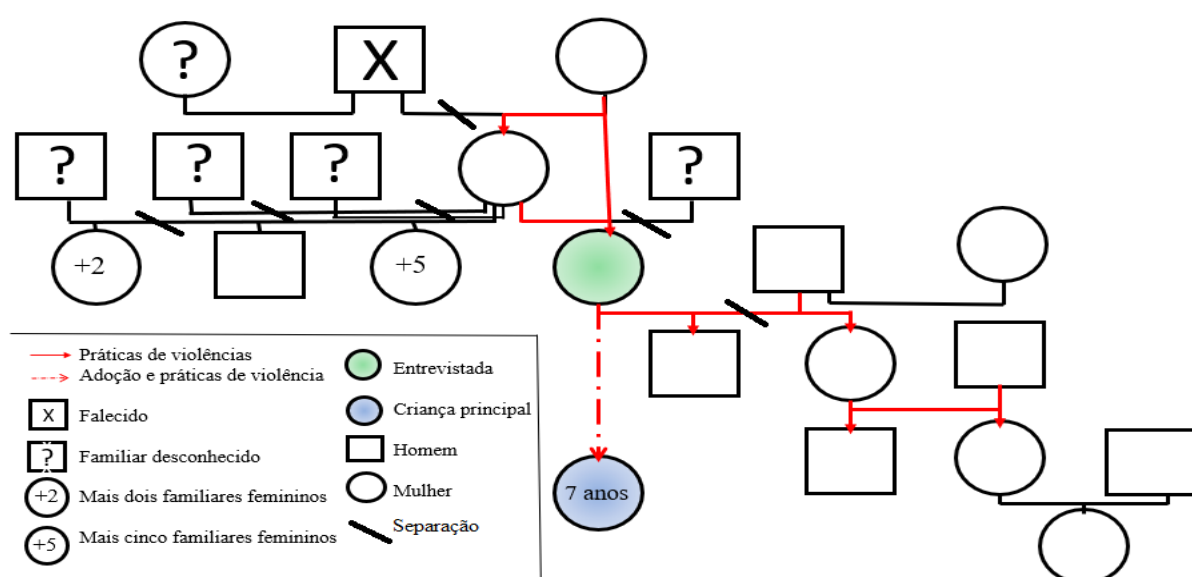
1. Como é para você quando seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) não demonstra compreender ou não obedece às regras e normas que lhe são impostas? Por que você acha que ele(a) se comporta de tal maneira? Como você se sente diante dos comportamentos inadequados dele(a)?
2. O que você faz para corrigir os comportamentos inadequados de seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão)? O quão eficaz é o uso dessas práticas? Você acha que poderia fazer algo alternativo para corrigir as condutas dele(a)? Como você se sente ao seu comportar assim? O que você acha que seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) pensa e sente quando você age assim com ele/ela?
3. Como era o relacionamento com seus principais cuidadores durante sua infância e adolescência? Quais foram os métodos educativos que você recebeu durante sua infância e adolescência? Como se sentia e reagia quando recebia tais tratamentos? Como é o atual relacionamento com esses familiares?
4. Como você define o seu atual relacionamento com o seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão)? Como você se sente diante dessa relação? Existe algo que poderia melhorar nessa relação? O que você acha que seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) pensa sobre você?

5. Como você se sente em relação a sua família? O que você acha que seus familiares sentem em relação a você? Como você acha que seu/sua filho(a)/neto(a)/sobrinho(a)... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) se sente em relação à família dele?

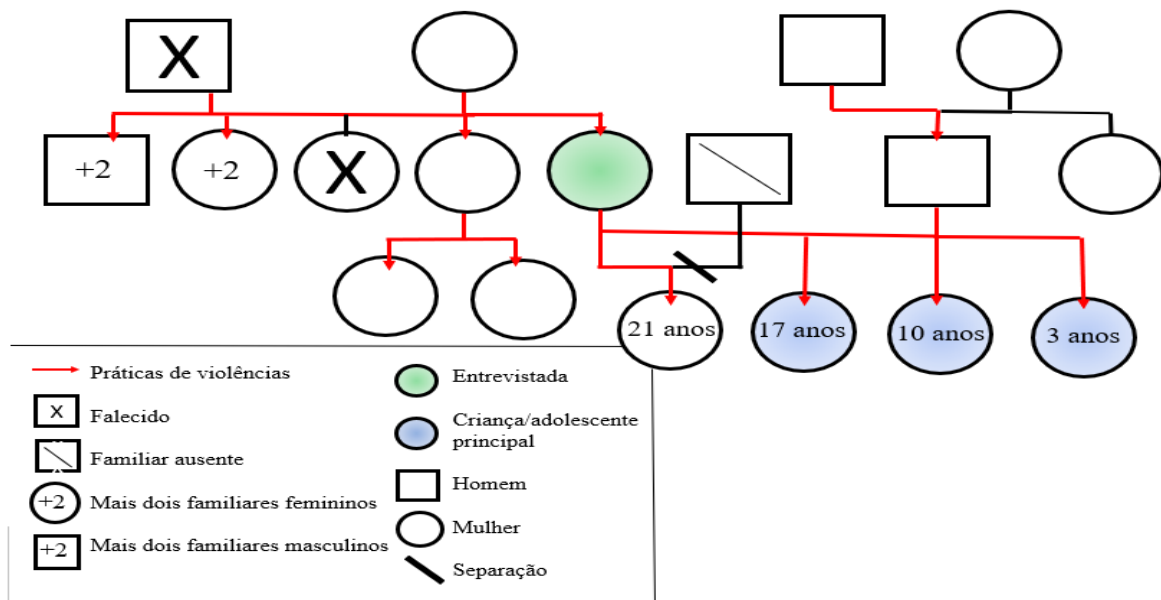
Apêndice B

Genograma

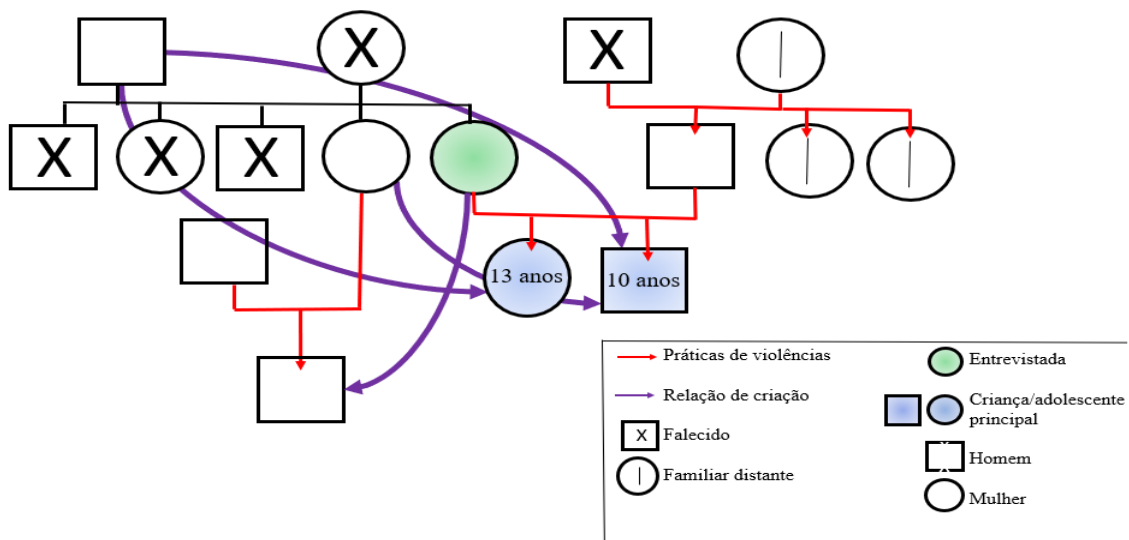
Genograma da Participante 1



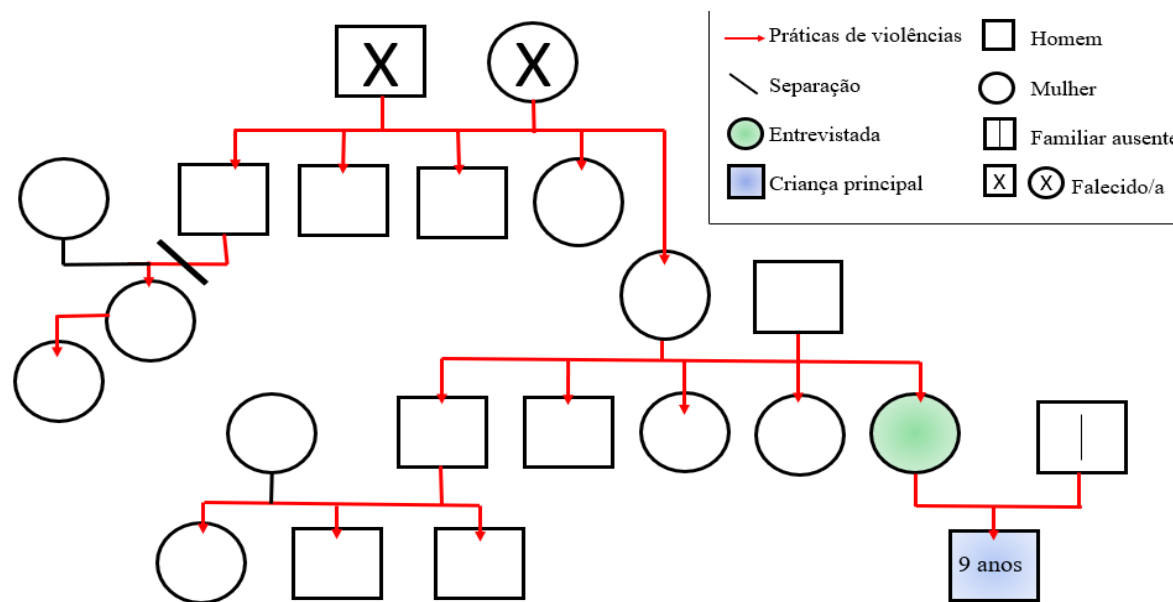
Genograma da Participante 2



Genograma da Participante 3



Genograma da Participante 4



Apêndice C

Complemento de frases

1. Ser responsável por uma criança/um adolescente significa:
2. Ser pai/mãe/avô... (será considerado o grau de parentesco do sujeito em questão) significa:
3. Eu me considero um/uma pai/mãe/avô... (será considerado o grau de parentesco do sujeito em questão):
4. Eu me preocupo com meu filho/neto/sobrinho... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) quando:
5. Minha maior qualidade como pai/mãe/avô... (será considerado o grau de parentesco do sujeito em questão) é:
6. Meu maior defeito como pai/mãe/avô... (será considerado o grau de parentesco do sujeito em questão) é:

7. Minha maior dificuldade atual como responsável por uma criança/um adolescente por uma é:
8. Educar uma criança/um adolescente significa:
9. Ter autoridade significa:
10. Para ser uma figura de autoridade é necessário:
11. Minha família significa:
12. Meu filho/neto/sobrinho... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) é:
13. Eu desejo para a minha família:
14. Minha relação com meu filho/neto/sobrinho... (será considerado o grau de parentesco da criança/adolescente em questão) é:
15. Meus educadores foram:
16. Minha relação com minha família é:
17. No momento eu me sinto:
18. Eu queria ser:

Apêndice D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“Violência intrafamiliar: práticas parentais baseadas na força física e psicológica para educar crianças e adolescentes”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Pesquisada responsável: Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira

Pesquisadora assistente: Nathália Marques Bontempo

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo.

Natureza e objetivos do estudo

- Explorar as múltiplas dimensões das relações entre pais e filhos, focando nas práticas parentais exercidas e no contexto intergeracional em que estas se manifestam. Com isso, serão observados os discursos que os responsáveis apresentam sobre parentalidade, autoridade e educação.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder aos instrumentos aplicados pela pesquisadora (entrevista, genograma e complemento de frases) em momentos previamente agendados e de acordo com sua disponibilidade.
- Os encontros ocorrerão presencialmente no Centro de Formação em Psicologia (CENFOR), a partir de ferramentas sugeridas pela pesquisadora.
- As entrevistas terão gravação de áudio.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a pesquisa para minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com a sua participação nesta pesquisa você pode contribuir para o avanço dos estudos sobre fenômenos sociais como relação e intergeração familiar e práticas parentais, além de contribuir para maior conhecimento sobre essa temática, o que pode viabilizar a realização de futuras propostas de intervenção.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade de Nathália Marques Bontempo, com a garantia de manutenção do sigilo e

confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.

- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a participação dele no estudo.

Eu, _____ RG _____ após
receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira
sandra.pereira@ceub.edu.br

Nathália Marques Bontempo

(61) 98201-5459/ (61) 3352-0458

nathaliamarquesb@outlook.com

Endereço dos (as) responsável (eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte - Brasília-DF. Bloco: /Nº: /Complemento: Bloco
9

Bairro: /CEP/Cidade: Brasília, Asa Norte, 70790-075

Telefones p/contato: (61) 3966-1200